

---

|            |                                                                                                       |            |
|------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>PKS</b> | <b>REVISTA DE GEOGRAFIA</b>                                                                           | <b>OJS</b> |
| PUBLIC     | (RECIFE)                                                                                              | OPEN       |
| KNOWLEDGE  | <a href="http://www.revista.ufpe.br/revistageografia">http://www.revista.ufpe.br/revistageografia</a> | JOURNAL    |
| PROJECT    |                                                                                                       | SYSTEMS    |

---

## **POLÍTICAS PÚBLICAS: ALGUNS APONTAMENTOS PARA A AGENDA DA GEOGRAFIA BRASILEIRA**

Vanessa Teixeira<sup>1</sup>

1. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste. Email: [vanessateixeira1904@hotmail.com](mailto:vanessateixeira1904@hotmail.com)

Artigo recebido em 14/04/2016 e aceito em 09/09/2016

---

### **RESUMO**

O presente artigo apresenta uma breve fundamentação teórico-conceitual em referência a compreensão do processo de políticas públicas na Geografia como forma de contribuir para sua agenda contemporânea. Também, buscou-se fazer um levantamento em periódicos da Geografia, de estudos recentes, que trazem a discussão de políticas públicas. No intuito de atingir com os objetivos propostos foram utilizados os estudos de Ribeiro (2014); Mello-Théry (2011); Melozzo (2010); Rodrigues (2014); Souza (2006; 2003) Trevisan; Bellen (2008); Frey Klaus (2000); Serpa (2011); e outros.

**Palavras-chave:** Estado, Políticas públicas, Geografia.

### **PUBLIC POLICY: SOME NOTES FOR THE AGENDA OF BRAZILIAN GEOGRAPHY**

### **ABSTRACT**

This article presents a brief theoretical and conceptual basis in reference to public policy as an element that qualifies for a geography field approach as a way to contribute to its contemporary agenda. Also, we tried to do a survey in journals of geography, recent studies that bring the discussion of public policy. In order to achieve with the proposed goals were utilized Ribeiro studies (2014); Mello-Théry (2011); Melozzo (2010); Rodrigues (2014); Souza (2006; 2003) Trevisan; Bellen (2008); Klaus Frey (2000); Serpa (2011); and others.

**Keywords:** State, Public policies, Geography.

## INTRODUÇÃO

As políticas públicas constituem em diversos países uma importante ferramenta para a organização/gestão e planejamento no território. No Brasil as mesmas só passaram a receber maior incidência nas últimas décadas, particularmente, pelas ações dos governos nas questões sociais, mudanças da ampliação de experiências de participação popular, cidadania e gestões públicas a partir da década de 1980 no Brasil e na América Latina. Assim, são ações do Estado para promover o desenvolvimento em diferentes escalas e redefinidas em concordância com o cenário econômico/político e grupos de poder, isto é, estão longe de ser o resultado unicamente dos atores instituídos, mas estão ligadas diretamente a uma espécie de arena de disputa, embates de ideias, preferências e interesses.

É nessa perspectiva que o presente artigo tem por objetivo apresentar uma breve fundamentação teórico-conceitual em referência a compreensão do processo de políticas públicas na Geografia como forma de contribuir para sua agenda contemporânea e identificar as discussões teóricas e análises desenvolvidas.

Assim, o presente trabalho está organizado em três momentos. O primeiro tem por objetivo trazer alguns esclarecimentos teórico-conceituais em referência formação e trajetória do conceito de políticas públicas, elaborado com fundamentos bibliográficos a partir de autores como Ribeiro (2014); **Mello-Théry (2011)**; **Melozzo (2010)**; Rodrigues (2014); Souza (2006; 2003) Trevisan; Bellen (2008); Frey Klaus (2000); Serpa (2011); e outros. Apresenta e discute as relações do Estado e suas relações no espaço geográfico, uma vez que, a política pública não é “um conceito amplamente trabalhado pela Geografia e em geral é tomado como uma palavra que designa algo associado ao Estado, sem maiores esclarecimentos sobre seu significado” (FERNANDES, 2015, p.64).

Apoiando-se do diálogo interdisciplinar das políticas públicas, onde são vários os campos de conhecimento que trazem sua discussão, a segunda parte deste trabalho, apresenta a importância nas reflexões no ambiente geográfico, onde as políticas públicas são capazes de alterar a dinâmica do espaço, trazendo novos elementos (objetos e ações), ou remodelando os já existentes mediante novos significados e funções, e, especialmente, alterando os arranjos espaciais (FERNANDES, 2015).

Na última parte, este trabalho finaliza com a identificação de como as políticas públicas aparecem nas pesquisas geográficas, para isso, buscou-se analisar os temas encontrados em artigos científicos recentes de acordo com questão central abordada sobre “Políticas Públicas” em 12

periódicos ligados à Geografia no Brasil, com o intuito de compreender os tipos específicos de políticas públicas que os trabalhos vem priorizando.

Na escolha pelo formato de artigos científicos e pela base eletrônica de periódicos de Geografia, o critério definido se deu por serem trabalhos que não trazem discussões de caráter sintético do conteúdo e na falta de aprofundamento, assim, foram selecionados alguns dos periódicos estratificados com Qualis A1, A2, B1, B2 e B3.

## **FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA DO CONCEITO DE POLÍTICA PÚBLICA**

Discutir sobre a temática de política pública não é uma tarefa fácil, a começar pelas inúmeras definições que são atribuídas a ela. Celina Souza em seu estudo faz uma relação de vários pesquisadores e definições de políticas públicas, a exemplo de Lynn (1980), Mead (1995); Peters (1986); Dye (1984). Entretanto, a autora afirma que a definição mais conhecida permanece sendo a do pesquisador Laswell (1936), que partilha da ideia que as “decisões e análises sobre política pública implicam em responder as seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz” (SOUZA, 2006). Além disso, o pesquisador Harold Laswell, junto com Henry Simon; Charles Lindblom e David Easton são considerados os quatro principais pais fundadores da área de políticas públicas.

Considerando os pesquisadores apresentados acima, entendemos que não existe uma única e melhor definição sobre o que consiste como política pública (SOUZA, 2006). Desta forma, nossa reflexão busca enxergar a noção “políticas públicas” prioritariamente como aos interesses do coletivo, assim, os interesses particulares e individuais não devem extrapolar esses limites, e ainda, deve ser uma expressão em discussão pública/aberta à população. Mas cabe lembrar que, para sua formulação e execução necessita-se de certo grau de legitimidade por parte dos autores (MELAZZO, 2010).

**Numa compreensão mais ampla, as políticas públicas são instituídas por** decisões e ações revestidas pela autoridade do poder público, ocorrendo por uma dinâmica “simultânea e permanentemente, estão entrelaçadas, inter-relacionadas e são interdependentes, influenciando-se de forma mútua” (MELLO-THÉRY, 2011, p.12). Souza (2006, p.27) acrescenta, que outros segmentos, e não unicamente os governos compreendem suas formulações, assim, “grupos de interesses e os movimentos sociais, cada um com sua maior ou menor influência a depender do tipo de política formulada e das coalizões que integram o governo”.

Desta maneira, “em uma sociedade de conflitos e interesses de classe, elas são o resultado do jogo de poder determinado por leis, normas, métodos e conteúdos que são

produzidas pela interação de agentes de pressão que disputam o Estado” (TRAVASSOS; SOUZA; SILVA, 2013, p.148). Tais agentes são identificados como: políticos e partidos políticos, empresários, organizações, sindicatos etc. cada um fazendo parte de um conjunto de perda/ganho com a política em debate, dentro do conjunto de interesses afetados pelas decisões/ações da política pública.

Além do mais, é prudente lembrar que as políticas públicas são mais amplas que as políticas sociais<sup>1</sup>, essa última engloba uma das quatro subdivisões da primeira, ou seja, a política pública compreende as políticas sociais, econômicas, de infraestrutura e gestão pública.

É importante ponderar três dimensões sobre o tratamento do termo “políticas públicas” no Brasil, além de serem relacionadas entre si. Assim, estão: a) área de análise e investigação científica independente; b) ferramenta de decisão, planejamento e gestão governamentais; c) campo de militância de movimentos e organizações pela conquista de direitos sociais e pela participação nos rumos das políticas setoriais (RIBEIRO, 2014).

No propósito de Ribeiro, estas dimensões acerca das políticas públicas poderiam ser entendidas primeiramente como uma subárea científica; posteriormente, enquanto ferramenta da agenda pública e por último, como uma luta de parcela populacional que reivindica essas necessidades e essas disparidades sociais, isto é os setores marginalizados.

No esquema abaixo (figura1) verificamos as etapas que procedem as políticas públicas até suceder a avaliação, para isso, cada etapa deve obedecer algumas prioridades, objetivos, princípios, diretrizes. (TRAVASSOS; SOUZA; SILVA, 2013).

Ainda a esse respeito, Souza (2006) reafirma que a mesma envolve a formação de uma agenda pública e de um elenco de ações e procedimentos que procura a resolução moderada de conflitos no que inclui alocação de bens e recursos públicos, envolvendo o Estado e a Sociedade Civil. Assim, as políticas públicas surgem por problemas construídos, uma vez que, para o mesmo ser incluído na agenda política, antes de tudo, precisa ser reconhecido como tal (RODRIGUES, 2014). Além do mais, eleva uma escolha dos valores sociais preponderantes dentro do quadro socioespacial e temporal onde estão constituídos, verifica-se ainda a presença nesse processo dos atores políticos e da opinião pública (RODRIGUES, 2014).

Como dito acima, são problemas estabelecidos através de “questões elaboradas e reconhecidas como públicas, a partir do confronto de interesses e de projetos divergentes” (op. cit, p.153). Isso significa, portanto, que em paralelos a essas ações aos problemas e questões da sociedade, estão os interesses particulares, como salientam Rodrigues (2014) e Souza (2006) em

---

<sup>1</sup> Entendidas como as de educação, saúde, previdência, habitação, saneamento, etc (HÖFLING, 2011).

seus estudos. Este primeiro autor menciona que “um problema reconhecido como público pode ser produto do sucesso de grupos de interesses em conferir visibilidade às questões que lhes afligem” (RODRIGUES, 2014, p.153).

**Figura 1** – Esquema representativo das etapas das Políticas Públicas



**Fonte:** SOUZA (2006). **Org.:** Teixeira, V. (2014)

Mas afinal, quais os interesses envolvidos para um problema social entrar e permanecer na agenda das políticas públicas?

Em síntese, na análise da agricultura familiar, por exemplo, a falta de políticas públicas voltada para essa categoria social – relação que vem se alterando nas últimas décadas de maneira paulatina pela organização dos movimentos sociais do campo – é reforçada pelo fato que a mesma “nunca apresentou organização e força a ponto de influenciar as instituições governamentais que tomam as principais decisões de política agrícola” (DENARDI, 2001, p.57). Por outro lado, tem-se problemas reconhecidos na agenda política, entretanto, por confluir a interesses dominantes, não sendo implementadas em grandes medidas (caso da reforma agrária).

De modo geral, quem estabelece esse grau de importância para colocar enquanto problema social são os atores políticos envolvidos e a própria opinião pública. De acordo com Gomide (2008, p.8):

Não é somente a existência de uma solução que faz com que um problema seja inserido na agenda, transformando-se numa política: é necessário um contexto favorável no qual o problema seja reconhecido (...) e é preciso também que existam soluções viáveis e aceitáveis.

A política pública está inserida em um contexto amplo e interligada a vários atores. Olhar as políticas públicas é reconhecer que os fundamentos de sua relação são políticos e que nem sempre os problemas são de fato públicos, assim quando “elaboradas não são necessariamente destinadas ao bem-estar de uma dada coletividade, respondendo muitas vezes, em contrapartida, a interesses individuais” (FERNANDES, 2015, p. 17).

Conforme descreve Fernandes (2015, p. 17)

[...] é trazido ao debate o jogo político que permeia as políticas públicas. Observar esse jogo político conduz a discussão para a questão dos conflitos de interesse dos diversos atores que compõem o debate e aos discursos e às intencionalidades ligadas a esses atores, sejam eles públicos ou privados. Embora muitas vezes destoantes de suas reais intencionalidades, os discursos são usados para obtenção do apoio da opinião pública, fazendo com que as formas e a velocidade de propagação das informações, dadas pela diversidade dos meios de comunicação e a massificação, também mereçam atenção.

Desta maneira, é inegável que a mesma impõe um conjunto de interações, intencionalidades e estratégias em ações para o desenvolvimento do território, como explica Castro (2013) quando afirma que a produção territorial correlacionada a aplicações de recursos públicos demonstram o fazer político no espaço, evidenciam uma visibilidade às organizações da sociedade e suas decisões, que procedem em políticas públicas.

Em relação a sua instituição enquanto campo de conhecimento, foi nos Estados Unidos da América enquanto uma subárea da Ciência Política que essa vertente de pesquisa começou a se constituir no início dos anos de 1950, sob a qualificação de *policy science* em uma linguagem de relações com as bases teóricas da ação do governo e sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, ou seja, deveria lidar na compreensão sobre ‘como’ e ‘porque’ os governos escolhem determinada ação (SOUZA, 2006). De qualquer forma, partindo da compreensão juntamente com Ribeiro (2014), que naquele momento a subárea de política pública tinha como objeto de análise os programas governamentais, na relação das ações que visam o comprimento dos direitos sociais (saúde; educação; transporte, habitação e outros).

Na Europa, particularmente na Alemanha, as pesquisas no campo de políticas públicas se intensificam a partir do início dos anos 1970, principalmente por uma ascensão da socialdemocracia a planejamento e políticas setoriais (FREY KLAUS, 2000). As políticas públicas neste caso aparecem como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias

explicativas sobre o papel do Estado e de uma das instituições do Estado – o governo –, produtor, de políticas públicas. Se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos (SOUZA, 2006).

Sobre as políticas públicas no Brasil, por volta de 1940 os geógrafos possuíam certo envolvimento prático sobre o planejamento governamental (MELLO-THÉR, 2011), um país basicamente rural e de poder oligárquico, inserido em um contexto de Estado desenvolvimentista (RUCKET, 2005), rompido com o governo militar (1964 a 1985) que colocou o Brasil frente a um Estado autoritário, intensificando um processo de rejeição da temática pelos geógrafos em decorrência ao estigma da Geografia dos militares (MELLO-THÉR, 2011). Assim, o Brasil desde o período de 1920 até final da década de 1980, foi caracterizado por seu caráter desenvolvimentista, conservador, centralizador e autoritário.

Mas, é só a partir do final de 1980, quando do processo de redemocratização brasileira, que a política pública adquire grande relevância enquanto discussão no meio científico e na gestão pública, com grande ênfase à análise das estruturas e características dos processos de negociação de políticas setoriais específicas (FREY KLAUS, 2000). Uma vez que, até então as políticas eram puramente voltadas aos aspectos econômicos, com enfoque setorial e produtivista. Sendo assim, percebe-se que por volta de 1970, a agenda pública estava ainda limitada aos impactos distributivos da ação governamental e projetos de modernização conservadores (TREVISAN; BELLEN, 2008).

Como se sabe, o regime militar brasileiro “adotou um projeto de modernização que sacrificou a participação popular e retardou a redistribuição social em favor do crescimento econômico rápido” (REIS, 1998, p.214,). Reis (1998, p.214) menciona ainda, sob um discurso governamental na época<sup>1</sup> “foram implementadas políticas que intensificaram as desigualdades sociais e reprimiram as demandas de redistribuição”.

Neste caso, o aparecimento das políticas públicas (década de 1990) pode ser analisado como resultado do início de redemocratização do país, isto é, a um modelo de democracia representativa que reaparece no cenário político brasileiro e fortifica a ideia de programas governamentais, apesar de estar essencialmente atrelado em função da competição eleitoral. Assim, o “aparecimento” das políticas públicas se tonificou pela autonomia dos governos locais; a possibilidade da participação de políticas setoriais até então dos setores excluídos; os mecanismos de representação de interesses (RIBEIRO, 2014).

Nos anos de 1990 se verifica a crise dos Estados desenvolvimentistas periféricos e se inclui a reforma do Estado, que passou a ser o principal organizador da agenda pública e estabelece novas relações com a sociedade, com o surgimento dos novos atores sociais com

funções diferenciadas (TEIXEIRA, 2002) dentro de um cenário marcado pela globalização financeira e a industrialização crescente e flexível (RUCKET, 2005). Este cenário de transformação do sistema capitalista e a intensificação da globalização mundial já estavam em curso anos anteriores. Segundo Rucket (2005) os empreendimentos de caráter associativo buscaram naquele momento, implementar com auxílio das políticas públicas, novos núcleos de geração de projetos.

De modo geral, segundo Silva (2012) dois elementos marcaram esse período para as políticas públicas: primeiramente a volta ao Estado democrático de direito, com a promulgação da constituição de 1988 que institucionalizou amplas medidas e direitos sociais (SILVA, 2012), permitindo a legalização de diferentes movimentos sociais, no qual as políticas públicas passaram a alcançar escalas subnacionais, em especial aos municípios. E secundariamente a participação da população nessas políticas, embora que hoje, consistem de modo incipiente e irregular no Brasil (SILVA, 2012). Nesse contexto, o cenário político no Brasil na década de 1990 retratava o início dos debates administrativos do estado brasileiro, que deram princípios básicos governamentais no território, inserindo uma descentralização administrativa das políticas públicas com o papel dos municípios.

Outro ponto importante remete ao período que sucede a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República, em 2002, marcado por uma significativa implantação das políticas econômicas na busca de desenvolvimento econômico, manutenção do controle da inflação, investimento na produção, ampliação dos programas sociais. Também uma intensificação nas políticas de distribuição de renda e outros, na qual procurou encontrar um modelo mais favorável, oferecendo uma inclusão social e minimizando disparidade sócio-espacial no país. Entre uma de suas estratégias foi dividir (governo e mercado) a responsabilidade do desenvolvimento.

Assim, convém lembrar que apesar da complexa discussão sobre políticas públicas por envolver muitas vezes interesses políticos e manutenção do poder, no Brasil sua discussão ainda é recente, até o final da década de 1980, o campo das políticas públicas era descrito como de institucionalização incipiente, caracterizado pelo “planejamento nacional tecnocrático e autoritário e pela produção não de políticas econômicas, obedientes a um modelo de crescimento autárquico e exógeno, mas de políticas compensatórias de seus efeitos” (STEINBERGER, 2013, p.24). Assim, vínculo ao contexto e interesses dos governos e regimes instituídos. No próximo item, faz-se uma discussão do diálogo interdisciplinar e o papel da Geografia sobre as políticas públicas, expondo a importância das discussões desse campo para



explicar as desigualdades e injustiças que os sistemas econômicos-políticos impõem aos cidadãos, as limitações, contradições, preferências e os efeitos das políticas públicas.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR**

A política pública tem estado constantemente presente nos debates e nos trabalhos e pesquisas científicas, o que significa que não se trata de uma temática unicamente interna à Ciência Política, uma vez que outros campos científicos se ocupam dela para seus estudos (Figura 2). Tendo em vista que cada ciência materializa sobre sua abordagem um sentido próprio, procurando atender aos métodos e temas destacados por cada área de conhecimento que incorpora suas discussões, na Ciência Política como na Sociologia os estudos priorizam uma investigação à política como resultante das interações de diferentes grupos, segmentos e classes, já em relação ao segmento administrativo os estudos recaem no aparelho do Estado e a constituição de uma estrutura normativa, conforme os períodos históricos (MELAZZO, 2010). Na Sociologia, as políticas públicas auxiliam a análise principalmente pelas relações Estado e sociedade (CORTES; LIMA, 2012, p. 36).

**Figura 2** – Áreas de Conhecimento com foco de estudos em Políticas Públicas.



Fonte: SOUZA (2006)  
Org.: Teixeira, V (2014)

Na Economia, por exemplo, quando pensada em suas investigações, a questão política remete ao “plano de escolhas racionais de agentes que tomam decisões sobre recursos – econômicos/financeiros [...]” (MELAZZO, 2010, p. 10). No plano administrativo, o debate da

economia resume-se aos resultados possíveis a serem alcançados pela organização governamental (MELAZZO, 2010).

Na Geografia, em vista de suas diversas abordagens pelas subáreas dessa ciência, prevalece uma visão “do ‘porquê’ de uma política pública ter sido desenhada, seus possíveis conflitos, a trajetória seguida e o papel dos indivíduos, grupos e instituições envolvidos na decisão, além dos que serão afetados pela política pública” (RODRIGUES, 2014, p. 154). De acordo com Serpa (2011), cabe ao geógrafo focar na dimensão espacial, verificar a partir das diferentes escalas geográficas sobre a distribuição espacial dos programas, planos/projetos no território, as desigualdades advindas da formulação a implementação das mesmas no Brasil, e na relação dos níveis de governo federal – municipal, consolidando assim um marco relevante aos estudos geográficos.

Serpa (2011, p. 41) avalia que as pesquisas geográficas contribuem em vários sentidos, isto é, nos “recortes espaciais utilizados vêm se constituindo em uma base espacial adequada para aproximar os segmentos da sociedade das instâncias de planejamento e gestão territoriais em um processo efetivo e legítimo de participação popular”. Desta maneira, compete ao geógrafo contemporâneo “pensar além de políticas de Estado, procurando refletir sobre as demandas e questões que angustiam a sociedade, pensar sobre o poder instituinte” (RODRIGUES, 2014, p.157), ou seja, destituído por atores que buscam delinear institucionalmente aquilo que está em gestação, como explica Castro (2005, p.93) “atores sociais que se organizam para institucionalizar suas demandas nos limites de um território legitimamente definido para essas decisões e ações”.

Em suma, ao mesmo tempo em que a política pública é uma disciplina específica da Ciência Política, com objeto próprio cuja definição tem motivado intensos debates, também é um campo interdisciplinar, com fronteiras porosas entre as ciências sociais (CORTES; LIMA, 2012). Sobre essa natureza interdisciplinar, emite a duas implicações: a) por estar ligada a um terreno que se torna comum para várias disciplinas, teorias e modelos analíticos; b) e não se deve entender que o campo de política pública sofre por coerência teórica ou metodológica, mas é vista sob diferentes olhares teóricos, do mesmo modo, não está destituída de possibilidades analíticas.

Um dos pontos que justificam o estudo das abordagens de políticas públicas por vários ramos da ciência, como visto anteriormente, é o fato destas políticas estarem incluídas nas discussões de uma díade conceitual – Estado e Sociedade. Assim como afirma Cortes e Lima (2012, p. 33) “é uma das razões pelas quais as políticas públicas são intrinsecamente interdisciplinares”.

O debate sobre as questões das políticas públicas neste trabalho se coloca para integrar uma discussão sobre uma das ações no território de uma instituição política por excelência, o Estado. A propósito, este se vale e possui intencionalidade e interesses instituídos dentro de um sistema de objetivos, adquirindo materialidade no espaço a partir do sistema de ações (CASTRO, 2012). Para Santos (2009, p.95) as ações não acontecem sem “um objeto, e quando exercida, acaba por se redefinir como ação e por redefinir o objeto”, esta concepção pode ser segmentada no sentido da atuação do Estado na organização de um determinado território.

Aliás, as ações estão acompanhadas pelas intencionalidades, que a princípio, segundo Santos (2009), são uma espécie de corredor entre o sujeito e o objeto. Toda ação sobre o território contém uma intencionalidade, é uma conduta para atingir um objeto - revelam finalidades - um movimento consciente e voluntário que envolve diferentes agentes, são expressas nas estratégias de ação, práticas e discurso. A intencionalidade pode ser verificada nas formas das coisas, ideias, pessoas, etc (SANTOS, 2009).

Ao se pensar sobre o Estado, deve-se deixar claro que não é sinônimo de governo. O Estado é uma formação espacial e para existir depende de condições (políticas, econômicas e sociais) que conduzam determinada sociedade a aceitar o comando central de um determinado espaço/território (FERNANDES, 2015). Quando constituído, procura adquirir meios que garantam a convivência e ao mesmo tempo harmônica para manutenção das fronteiras, segurança etc. Assim, a instituição de um governo e a distribuição dos poderes (executivo, legislativo e judiciário) são alguns desses meios (FERNANDES, 2015).

O Estado é uma das mais importantes instâncias de poder no território. Por sua vez, o território, confere substância ao Estado, isto é, sem a materialidade do território, o Estado é uma figura jurídica, uma intenção, mas não deixa de ser realidade histórica e social (CASTRO, 2009). Dessa maneira, o território é base de poder para o Estado, este que possui característica funcionalista e institucionalista. Na primeira, faz referência as suas funções, estabelecendo medidas e ações para atender a população, já na perspectiva institucionalistas, está relacionado ao que compõem institucionalmente - o corpo de funcionário, instituições etc (RODRIGUES, 2013). É na primeira perspectiva que o estudo encontra-se pautado.

Reconhecemos que o papel do Estado sofreu “adaptações” no decorrer da história. No cenário atual, é um elemento essencial à regulação da economia, pois ainda é funcional, seja por questões relacionadas à sociedade ou para o mercado, o mesmo age simultaneamente a favor da competitividade e lucro, mas impõem regras para minimizar imponderação dos acordos, com centralidade territorial, que o faz ser constantemente questionado, tanto pelas suas funções como pelas ações reguladoras no espaço. Entretanto, é menos inoperante em escala

global e com uma perda da representatividade em escala nacional, mas com grande força nas escalas regionais e locais, visto dessa maneira, o mesmo não submergiu sua capacidade de ação (SAQUET; SPOSITO, 2008).

Contudo, na sociedade contemporânea não é possível pensar o Estado enquanto único em relação ao poder político, pois outros atores também exercem um papel na espacialidade dos fenômenos políticos, mesmo o Estado constituindo um importante agente responsável na delimitação do exercício de relações no território. Sua distinção organizacional delimitado no espaço geográfico particular é o que define sua centralidade territorial e conferindo um alcance de organização superior aos demais atores (CASTRO, 2009).

As políticas públicas enquanto uma de suas ações políticas são intervenções promotoras para o desenvolvimento, buscando garantir acesso a bens, serviços públicos aos habitantes (RODRIGUES, 2014) atuando para minimizar as desigualdades sócio-espaciais, primando por um desenvolvimento local, regional ou nacional. Nessa medida, as políticas públicas estão intimamente relacionadas aos problemas no campo de desenvolvimento (MELLO-THÉRY, 2011).

O Brasil nos últimos anos, é marcado por intensos processos de mudanças e transformações provocadas pela “visibilidade e na aceleração dos tempos, dos ritmos, e dos interesses que se movem de modo assíncrono em diferentes escalas” (CASTRO, 2013, p.36). Uma realidade comandada pela materialidade da ação humana, ações políticas, fluxos de capital, informações, ordens presentes no território. Para Santos e Silveira (2011, p. 247) a configuração territorial se dá por um conjunto de sistemas naturais, objetos técnicos e culturais estabelecidos ao longo da história, ou seja, engloba “ações passadas e presentes, mas já congeladas nos objetos, e as ações presentes continuadas em ações”.

Segundo Ribeiro (2014, p. 382) no Brasil a trajetória da política pública como área de pesquisa mantém as principais características de suas matrizes teóricas fundadoras, isto é, européia e norte-americana, verificando sobre “foco nas ações, nos ideários e nos discursos dos grupos sociais envolvidos; centralidade do papel do Estado; multidisciplinaridade; e análises dos resultados e andamentos das ações e programas governamentais.”

Nos últimos anos, verifica-se no país um crescimento de estudos sobre as políticas governamentais (TREVISAN; BELLEN, 2008), incidência de disciplinas em programas de graduação e pós-graduação sobre políticas públicas (ARRETCHE, 2003). Tem-se ainda, um número importante de estudos sobre as políticas setorializadas, com uma significativa concentração no âmbito da saúde, educação, habitação/moradia, gênero, segurança, violência, ambiental: unidades de conservação, resíduos sólidos e recursos hídricos etc.; territoriais:

Amazônia, cerrado, para regiões metropolitanas, cidades pequenas, urbanas, agrárias, de combate à pobreza, segurança alimentar e outras.

Nos estudos do pesquisador Mello-Thér (2011) verifica-se um fortalecimento do papel das políticas públicas com uma preocupação as áreas que estavam inconscientes na agenda pública, como é o caso das políticas ambientais que se amparam aos espaços protetores da biodiversidade; as políticas públicas urbanas, pois apresentam uma arena na demanda de reestruturação do espaço e a respeito do reordenamento do território; políticas públicas rurais, sobretudo, pelas “repercussões dos processos urbanos no meio rural e nas regionais, em países onde ainda há necessidade da indução de processos de desenvolvimento para regiões menos favorecidas” (MELLO-THÉR, 2011, p.12).

Assim, tendo em vista que a Geografia se estabelece como um campo de conhecimento capaz de analisar a relação homem com seu meio/sociedade, bem como o contexto atual tem oferecido elementos significativos para o debate das políticas públicas implementadas no Brasil, a seguir trazemos separadamente alguns dos estudos produzidos no Brasil.

## **FOCO DE ESTUDOS E QUESTÕES RECORRENTES NAS PESQUISAS SOBRE POLÍTICA PÚBLICA NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO**

Em uma tentativa de verificar, mesmo que parcialmente, sobre as pesquisas recentes de estudos ligadas às políticas públicas, realizou-se um breve levantamento em publicações científicas sobre “Políticas Públicas” em 12 periódicos ligados à Geografia no Brasil. São periódicos estratificados com Qualis A1, A2, B1, B2 e B3 mediante os critérios Qualis/CAPES. Desta forma, a coleta de dados/informações foi desenvolvida por meio de consulta ao sítio dos seguintes periódicos: Revista Geografares (B2); Revista Latino-americana de Geografia e Gênero; Revista Geografia Ensino & Pesquisa (B2); Revista Sociedade & natureza (A2); Revista RA´E GA (A2); Revista Caminhos de Geografia (B1); Revista Espaço & Geografia (B2); Revista Caderno de Geografia (B2); Revista OKARA (B3); Revista Geo UERJ (B1); Revista Mercator (A1); Boletim Goiano de Geografia (A2).

A análise exigiu a verificação nesses periódicos selecionados por meio do critério de palavras-chave (política-pública), e assim, passou-se a selecionar os trabalhos que continham tal conceito no título das pesquisas ou resumo e em seguida a leitura de todo o documento e análise do seu conteúdo abordado. No entanto, não pretendemos dar ênfase às discussões da produção (quantitativo) em trabalhos encontrados, porque foge ao escopo desta discussão, cabe assinalar apenas, as abordagens exploradas pelos pesquisadores brasileiros.

No Quadro abaixo, verifica-se as temáticas disseminadas nos trabalhos sobre políticas públicas na Geografia.

| ANO  | AUTOR(ES)           | TÍTULOS DOS ARTIGOS                                                                                                                                                                  |
|------|---------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2002 | Low-Beer            | O Estado e as políticas públicas: uma revisão histórica (1950 a 1997).                                                                                                               |
| 2010 | Silva               | Políticas públicas e a promoção do turismo no Rio Grande do Norte                                                                                                                    |
| 2010 | Carneiro            | O papel das políticas públicas e o desenvolvimento regional no Brasil: do paradigma mentalista ao lingüístico                                                                        |
| 2010 | Pacheco             | Demandas habitacionais de famílias mono parentais com responsabilidade feminina e as políticas públicas municipais desenvolvidas pela PROLAR entre 2004 à 2007 em Ponta Grossa – PR. |
| 2011 | Cavalcante; Furtado | Políticas públicas de turismo em unidades de conservação                                                                                                                             |
| 2012 | Saron; Hespanhol    | O PRONAF e as políticas de desenvolvimento rural no Brasil: o desafio da (re)construção das políticas de apoio a agricultura familiar                                                |
| 2012 | Rocha               | Seletividade espacial das políticas públicas e o território urbano – algumas reflexões                                                                                               |
| 2012 | Borges e Serpa      | O papel dos agentes públicos e da sociedade civil na implementação de políticas de desenvolvimento territorial no estado da BAHIA: uma análise preliminar                            |
| 2012 | Leal e Leal         | Políticas públicas, culturas populares e patrimônio cultural imaterial: meios e alternativas.                                                                                        |
| 2013 | Teixeira            | Mulheres chefes de famílias e políticas públicas: o Contraste com a realidade no bairro Getúlio Vargas (BGV), Rio Grande (RS).                                                       |
| 2013 | França              | As experiências de regionalizações, políticas públicas e o papel do Estado brasileiro no século XXI.                                                                                 |
| 2013 | Donizete; Dias      | Políticas Públicas para a agricultura familiar: o PAA e o PNPB                                                                                                                       |
| 2013 | Travassos; Souza;   | Secas, desertificação e políticas públicas no semiárido nordestino brasileiro.                                                                                                       |
| 2014 | Cargnin             | Política nacional de desenvolvimento regional e repercussões no Rio Grande do Sul                                                                                                    |
| 2014 | Gomes               | Parques urbanos, políticas públicas e sustentabilidade                                                                                                                               |
| 2014 | Lima                | Das gavetas viciadas dos altos escalões administrativos à política pública de desenvolvimento rural                                                                                  |
| 2014 | Ribeiro             | Contribuições da Geografia às políticas públicas: território usado como condicionante dos programas de fitoterapia do Sistema Único de Saúde (SUS).                                  |

**Quadro 1:** Temáticas sobre políticas públicas disseminadas em trabalhos na Geografia. **Org.:** TEIXEIRA, V. (2014).

É possível indicar assim, alguns instigantes estudos, como o trabalho de Low-Beer (2002) que faz uma leitura do Estado em três diferentes períodos do cenário brasileiro, com

uma revisão das políticas econômicas; de infraestrutura; diretrizes de desenvolvimento urbano e discute sobre inclusão recente das políticas sociais. Dessa maneira, reflete sobre as mudanças nos últimos anos sobre as políticas públicas. Sobre as políticas públicas no turismo, verificamos dois trabalhos, o primeiro de Silva (2010) e o segundo dos pesquisadores Cavalcante e Furtado (2011), este último que chama a atenção à necessidade de realizar políticas públicas inclusivas para compatibilizar atividades ecoturísticas e a preservação do ambiente. Seu estudo ainda apresenta um debate sobre a história das políticas públicas de turismo no Brasil, que se divide em quatro principais períodos, mas que somente a partir da década de 1990 é que elas passam a ocupar um lugar significativo no ambiente de planejamento e gestão pública em diferentes escalas.

Verificamos alguns trabalhos sobre as políticas públicas para o desenvolvimento rural, como por exemplo, o estudo de Lima (2014); de Donizete; Dias (2013). Este último enfoca sobre os Programas de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e o Programa de uso do Biodiesel (PNPB) em áreas rurais, onde toma em sua discussão as políticas públicas para agricultura familiar que são estratégias para o desenvolvimento capitalista no campo, onde promove tensões e conflitos entre as famílias que utilizam. Em síntese, discute que tais programas e ações buscam inserir as famílias na cadeia produtiva, isto é, fazendo se adequarem ao mercado, desconsiderando as questões sociais como aspectos prioritários, assim, a permanência delas no campo entende por ser uma estratégia meramente econômica. Reconhece o discurso do Estado pautado em “melhorias de produção e renda” e ocultando as intenções políticas, citando como exemplo, a negociação da reforma agrária.

Outro trabalho é de Saron e Hespanhol (2012), que trata sobre as políticas públicas de desenvolvimento rural de apoio a agricultura familiar, particularmente aos efeitos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no Brasil.

Tem-se ainda um trabalho sobre parques urbanos do pesquisador Marcos Antônio Silvestre Gomes (2014) sobre o discurso de políticas públicas como ideário ecológico.

O pesquisador André Santos da Rocha (2012) debate sobre a espacialidade das políticas públicas pensando o território urbano. Já Antonio Paulo Cargnin (2014) discute políticas governamentais, especificamente ao Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub Regionais (PROMESO) e o Programa de Desenvolvimento de Faixa de Fronteira (PDFF).

França (2013) apresenta uma abordagem sobre os limites e avanços dos critérios empregados na atuação e eficiência das políticas públicas, onde faz uma breve análise das políticas e/ou programas nacionais e suas estratégias de regionalização ao desenvolvimento e a

redução das disparidades sociais. Carneiro (2010) trata das políticas públicas no desenvolvimento regional;

No estudo de Borges e Serpa (2012) sobre as políticas de desenvolvimento territorial e cultural e na pesquisa, Leal e Leal (2012) inserem uma reflexão sobre as políticas públicas no Brasil, particularmente as políticas culturais e de patrimônio.

Em relação às políticas públicas ligadas ao gênero, verificamos trabalhos como o de Teixeira (2013) que trata sobre a cidadania, políticas públicas e a chefia de famílias femininas. Assim, toma como preocupação elementos em relação às políticas de gênero no país, mencionando que as mulheres foram inseridas na agenda política nacional a partir da Constituição de 1988 e pelos movimentos sociais, permitindo uma possível visibilidade da diferença entre homens e mulheres. Outro estudo é da pesquisadora Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco (2010) que trata sobre as relações entre a demanda das mulheres chefes de família e a política habitacional realizada por meio da Companhia de Habitação de Ponta Grossa – PROLAR.

Verificou-se ainda o trabalho de Travassos; Souza; Silva (2013) sobre as políticas públicas implementadas pelo Estado nacional ao combate a seca e desertificação e também o trabalho de Ribeiro (2014), que expõe a contribuição da Geografia às políticas públicas com questões relacionadas à saúde pública mediante a adoção de política fitoterápica (plantas medicinais e fitoterápicos) pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

De fato, esses estudos nos faz perceber a quantidade de temas envolvidos nos trabalhos sobre políticas públicas na Geografia. Logo, é possível afirmar que as pesquisas são constituídas principalmente, de estudos de caso, uma espécie de diagnósticos de área ou estudos das transformações espaciais, com pouca discussão representativa sobre os mecanismos da política pública e uma fundamentação teórica mais interna ligada às discussão do histórico, apesar de trazer avanços importantes na identificação de problemas sociais e inclusão de abordagens no debate aos diversos tipos de políticas públicas como planos, programas, projetos e os efeitos na reorganização do espaço.

Estabelecidos os termos da discussão, é preciso então destacar as significativas contribuições que essas pesquisas fornecem na evolução dessas temáticas dentro dos periódicos geográficos, ao debate sobre políticas públicas (ainda ancoradas em tipos específicos de políticas) e para o próprio desenvolvimento da Geografia e sua agenda teórica ao trazer questões e problemas públicos, na relação estabelecida entre o indivíduo e seu meio, a dimensão espacial das políticas públicas, o papel do Estado e outras ações e agentes silenciados em discussões, território para além de sua materialidade, etc.



Assim, concorda-se com Fernandes (2015, p. 193) ao dizer que é necessário compreender as políticas públicas “enquanto ações se objetivam no espaço e são dotadas de intencionalidades e discursos que, muitas vezes se contradizem”. Sua discussão geográfica não se restringe somente a entender a ação dos governos, mas incluir suas motivações e os efeitos que produz, o que induz na observação de seus diferentes estágios (FERNANDES, 2015).

## **CONSIDERAÇÕES**

Procurou-se ao longo do estudo, ler o território pela ação das políticas públicas, que são práticas espaciais que objetivam questões públicas no espaço e são dotadas de intencionalidades, discursos e relações de poder, e ainda, rodeadas de dois elementos significativos: localização e distribuição. Desse modo, trata-se de uma temática inseparável das discussões geográficas, a qual está, a nosso ver, em processo de ascensão ao campo de pesquisa da Geografia.

Tomando os trabalhos encontrados em seu conjunto, percebe-se claramente a dimensão espacial das políticas públicas evidenciadas pelos geógrafos, as especificidades, formulação de propostas, os diversos agentes do território, os efeitos de sua implantação nos territórios e outros. Nesse propósito, a análise das informações coletadas permitiu evidenciar o papel da Geografia para o debate e as práticas das políticas públicas no Brasil, mostrando que, embora a temática de políticas públicas nunca tenha estado totalmente ausente, identificaram-se algumas das lacunas presentes, mostrando que este é um campo que tem muito a crescer nas discussões, principalmente na existência de interesses individuais e privados, os conflitos entre os agentes públicos, as diretrizes das ações das políticas públicas contrapostas às questões sociais, a formação de agenda e outros.

Assim, é preciso reconhecer que embora seja uma temática que nasceu como subárea da Ciência Política, vem ganhando proporções significativas dentro da Geografia como se observou pelos estudos levantados e ao verificar também a existência de vários Grupos de Pesquisa em políticas públicas, temáticas de eventos, grupo de trabalho em eventos, as linhas de pesquisa nos programas de pós-graduação em Geografia. Conforme apontou o levantamento realizado por Mello Théry (2011) sobre as linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação em Geografia com doutorado que tratam de políticas públicas (pesquisadores cadastrados na plataforma Lattes do CNPQ), a região Nordeste destacam-se pesquisas em políticas públicas agrárias e políticas ambientais; já na região Sul verifica-se estudos sobre política territorial e de fronteira, política territorial ligada as redes, políticas ambientais e políticas urbanas-ambientais;

no Distrito Federal pela Universidade de Brasília (UnB) destaca a linha de Políticas Públicas Espaciais e Ambientais.

Segundo Fernandes (2015) os estudos geográficos precisam dialogar com outras disciplinas, particularmente para uma maior compreensão do processo de políticas públicas, mas mantendo o enfoque na dimensão espacial das políticas, a qual é o diferencial da Geografia.

No entanto, conforme observa Fernandes (2015, p.84) é “preciso um aprofundamento teórico e metodológico sobre políticas públicas dentro da ciência geográfica, para que seja possível enfatizar sua especificidade e alinhar sua linguagem à dos agentes públicos”. Assim, concorda-se com a autora que nos trabalhos produzidos no Brasil, são poucos os que tratam diretamente da relação Geografia e políticas públicas, logo, não chegam a se aprofundar aos mecanismos das políticas públicas (FERNANDES, 2015).

## **NOTAS**

<sup>1</sup> A retórica governamental era: “é preciso primeiro deixar o bolo crescer para depois dividi-lo” (REIS, 1998, p.214).

## **REFERÊNCIAS**

ARRETCHE, M. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, p. 7-9, 2003.

BOBBIO, N. Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria da política. 14. Ed. Tradução Marcos Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BORGES, S. S.; SERPA, A. O papel dos agentes públicos e da sociedade civil na implementação de políticas de desenvolvimento territorial no estado da BAHIA: uma análise preliminar. *Revista Geografares*, nº11, p.31-59, 2012.

CARGNIN, A. P. Política nacional de desenvolvimento regional e repercussões no Rio Grande do Sul. *Mercator, Fortaleza*, v. 13, n. 1, p. 19-35, 2014.

CARNEIRO, R. N. O papel das políticas públicas e o desenvolvimento regional no Brasil: do paradigma mentalista ao lingüístico. *Boletim goiano de geografia*. (Online) Goiânia, v. 30, n. 2, p. 113-123, 2010.

CASTRO, I. E. Escalas federativas de decisão política no Brasil. Limites institucionais do desenvolvimento regional. In CASTRO, I. E.; GOMES, P. C da; CORRÊA, R. L. (Orgs). *Olhares geograficos: modos de ver e viver o espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p.9-26.

CASTRO, I. E. O território e o poder autônomo do Estado. Uma discussão a partir da teoria de Michael Mann. In MENDONÇA, F. A.; LOWEN-SAHR, C. L.; SILVA, M. (Org.). *Espaço e tempo: complexidade e desafio de pensar e do fazer geográfico*. Curitiba: ADEMADAN, 2009. p. 579-593.

- CASTRO, I. E. O espaço político: limites e possibilidades do conceito. In CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, Roberto Lobato. Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2012.
- CASTRO, I. E. Geografia e política. território, escala de ação e instituições. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013.
- CAVALCANTE, M. B. FURTADO, E. M. Políticas públicas de turismo em unidades de conservação. Mercator, Fortaleza, v. 10, n. 21, p. 133-146, 2011.
- CORTES, S. V.; LIMA, L. L. A contribuição da sociologia para análise de políticas públicas. Lua Nova, São Paulo, 87 . p. 33-62, 2012.
- DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.2, n.3, p. 56-71, 2001.
- DONIZETE, R. D.; DIAS, M. S. Políticas Públicas para a agricultura familiar: o PAA e o PNPB. Mercator, Fortaleza, v. 12, n. 27, p. 81-91, 2013.
- FERNANDES, S. W. R. Contribuições Da Ciência Geográfica as Políticas Públicas. Tese (em Geografia), Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.
- FRANÇA, K. C. B. As experiências de regionalizações, políticas públicas e o papel do Estado brasileiro no século XXI. RA´E GA. n 28 2013, p.26-66.
- GOMES, M. A. S. Parques urbanos, políticas públicas e sustentabilidade. Mercator, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 79-90, 2014.
- GOMIDE, A. Á. Agenda governamental e o processo de políticas públicas: o projeto de lei de diretrizes da política nacional de mobilidade urbana. IPEA: Brasília, 2008.
- LEAL, A. F.; LEAL, E. A. Políticas públicas, culturas populares e patrimônio cultural imaterial: meios e alternativas. RA´E GA 26, p.247-269, 2012.
- LIMA, F. V. P. Das gavetas viciadas dos altos escalões administrativos à política pública de desenvolvimento rural. Revista OKARA. v.8, n.1, p. 126-139, 2014.
- LOW-BEER. J. O Estado e as políticas públicas: uma revisão histórica (1950 a 1997) Espaço & Geografia, V.5, n 2, p.65 -100, 2002.
- MELAZZO, E. S. Problematizando o conceito de políticas públicas: desafios à análise e à prática do planejamento e da gestão. Revista Tópos, Presidente Prudente/SP, v. 4, p. 9-32, 2010.
- MELLO-THÉRY, N. A. Política (e ação) pública, território e o papel da geografia. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 1, número especial, p. 11-19, out., 2011.
- NUNES, R. J. Participação e cooperação nas escalas locais em dois modelos de Estado: França e Brasil. In Espaço da Democracia: para a agenda da Geografia Política Contemporânea. 2013.

PACHECO, J. T. R. Demandas habitacionais de famílias mono parentais com responsabilidade feminina e as políticas públicas municipais desenvolvidas pela PROLAR entre 2004 à 2007 em Ponta Grossa – PR. *Revista Latino – americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa. v.1, n.2, p.233-244,2010.

REIS, E. P. *Processos e escolhas: estudos de sociologia política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

RIBEIRO, L. H. L. Contribuições da geografia às políticas públicas: território usado como condicionante dos programas de fitoterapia do Sistema Único de Saúde (SUS). *Boletim goiano de geografia (Online)*. Goiânia, v. 34, n. 2, p. 381-397, 2014.

ROCHA, A. S. Seletividade espacial das políticas públicas e o território urbano – algumas reflexões. *Geo UERJ*. Ano 14, nº. 23, v. 1, 2012 p. 99-113.

RODRIGUES, J. N. Políticas públicas e geografia: retomada de um debate. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 152-164, 2014.

RUCKET, A. A. Reforma do Estado, reestruturação territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades. *Revista GeoUSP*. São Paulo, n 17, p. 79 - 94, 2005.

SABOURIN, E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751. 2007.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. 2. Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O território e a sociedade no início do século XXI*. 15 ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SARON, F. A.; HESPANHOL. A. N. O PRONAF e as políticas de desenvolvimento rural no Brasil: o desafio da (re)construção das políticas de apoio a agricultura familiar. *Geo UERJ* , Ano 14, nº. 23, v. 2, 2012 p. 656-683.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. Território, territorialidade e desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível Internacional e no Brasil. In ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Org.). *Desenvolvimento territorial e agroecologia*. 1. ed, São Paulo: Editora Expressão Popular:, 2008, p. 15-31.

SERPA, Â. Políticas públicas e o papel da Geografia. *Revista da ANPEGE*, v. 7, n. 1, número especial, p. 37-47, out. 2011. Disponível em: [www.anpege.org.br/revista](http://www.anpege.org.br/revista)

SILVA, K. O. Políticas públicas e a promoção do turismo no rio grande do norte. *Mercator* – v. 9, n. 18, 2010, p. 71- 79.

SILVA, S. P. A abordagem territorial no planejamento de políticas públicas e os desafios para uma nova relação entre Estado e sociedade no Brasil. *Cadernos de Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 17, n. 60, p. 1-21, 2012.

SOUZA, C. “Estado do campo” da pesquisa em políticas publicas no Brasil. *Revista brasileira de ciências Sociais*, v18, n 51, 2003.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologia*, Porto Alegre, ano 8, n.16, 2006, p.20-45.

SOUZA, M. L. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. Território, Rio de Janeiro: Laget/UFRJ, n. 1, v. 1, 1996, p. 5-22.

STEINBERGER, M. Território, Estado e Políticas Públicas Espaciais. Brasília: Ler Editora, 2013.

TEIXEIRA, J. B. F. Mulheres Chefes de Famílias e Políticas Públicas: o Contraste com a Realidade no Bairro Getúlio Vargas (BGV), Rio Grande (RS). Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 4, n.2, p.86-95, 2013.

TRAVASSOS, I. S.; SOUZA, B. I.; SILVA, A. B. Secas, desertificação e políticas públicas no semiárido nordestino brasileiro. Revista OKARA, v.7, n.1, p. 147-164, 2013.

TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. RAP, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 529-550, 2008.